



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Conselho Nacional de Imigração

CNIg/III/07/04/2009

Ata

1 Aos sete dias do mês de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões do segundo andar
2 do Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, localizado na Esplanada dos
3 Ministérios, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional de Imigração
4 para a realização da terceira reunião de dois mil e nove, sob a presidência do Senhor
5 Paulo Sérgio de Almeida e com a presença do Senhor Aldo Cândido, Coordenador do
6 CNIg; Ana Maria S. Fidelis, a CNA; Carolina da Silva Pinto, do MCT; Christina Aires
7 Corrêa Lima, representante da CNI; Elias Ferreira, representante da FS; Haila Moreira F.
8 Braga, representante do MTur; José Ribamar Dantas, representante da CGTB; Lídia
9 Miranda de Lima Amaral, representante do MCT; Luciano Pestana Barbosa,
10 representante do MJ; Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto, representante da
11 CNC; Ralph Peter Hendersen, representante do MRE; Rinaldo Gonçalves de Almeida,
12 representante do MTE; Roque de Barros Laraia, representante da SBPC; Sérgio Antônio
13 Ferreira Victor, representante da CNT; Valdir Vicente de Barros, representante da CGT;
14 e com os convidados e observadores: Eunice Léa de Moraes, da SPM; José do Carmo
15 Alves Siquira, do ME/FIA; Paula Sanches, do ME; Irmã Rosita Milese, do IMDH.
16 **1. Abertura** - A reunião teve início às nove horas e quarenta minutos, com a palavra do
17 Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, que disse: que esta é a
18 terceira reunião do ano de dois mil e nove. Ausências justificadas de conselheiros: Os
19 seguintes conselheiros justificaram a sua ausência na presente reunião: o Conselheiro
20 Vitor Carvalho, da Central Única dos Trabalhadores; o Conselheiro Raimundo Nonato,
21 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Conselheira Marilena
22 Funari, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras. Rápido comentário
23 sobre o clipping: a) Crise financeira e medidas de repressão ao migrante na Europa –
24 Ainda sobre a crise financeira internacional que assola, especialmente, os países
25 desenvolvidos, há notícias de aprofundamento de medidas de caráter restritivo,
26 principalmente, nos países europeus, contra os trabalhadores migrantes e exemplificou
27 com as medidas que o Governo Italiano tomou: obriga os médicos e os profissionais de
28 saúde a denunciarem os estrangeiros, que estejam irregulares e que venham a ser
29 atendidos no Sistema de Saúde, em claro desrespeito aos direitos fundamentais da
30 pessoa humana – com essa medida, soube-se, até de pessoas morando no esgoto com
31 medo de serem descobertas –. b) Medidas do Governo Japonês ante a crise: Entraram
32 em vigor, no dia primeiro de abril (início do ano fiscal japonês), as medidas anunciadas
33 desde janeiro com vistas a ajudar o migrante, tão necessário para a produção e o
34 desenvolvimento do país; mas, no pacote (que inclui medidas de auxílio moradia,

35 acesso ao Hello Work, entre outras), saiu uma que não estava previamente anunciada,
36 antagônica às outras medidas do pacote: o Governo Japonês oferece um ajuda de
37 trezentos mil ienes (o equivalente a três mil dólares americanos) para o retorno desses
38 migrantes ao país de origem, sob a condição de não mais retornarem ao Japão. O
39 Conselheiro Ralph Hendersen (MRE) informou que ainda tem que ser verificado por
40 quanto tempo é o impeditivo, tendo em vista que o Governo Japonês não acredita na
41 perenidade da crise e, quando a economia japonesa voltar a crescer, precisarão desses
42 decasséguis de volta devido ao déficit populacional, principalmente de jovens.

43 **2. Aprovação da Agenda Provisória** – Foi lida a agenda provisória da reunião, nos
44 seguintes termos: 1. *Abertura*; 2. *Aprovação da Agenda Provisória*; 3. *Aprovação da*
45 *Ata da I e II Reuniões Ordinárias de 2009*; 4. *Apresentação, por um representante do*
46 *Ministério dos Esportes, sobre a candidatura do Brasil para as Olimpíadas 2016:*
47 *“RIO 2016”*; 5. *Apresentação de relatório do Grupo de Trabalho criado para*
48 *acompanhar o atual contexto internacional e o impacto nas migrações de*
49 *trabalhadores*; 6. *Apresentação do relatório do Grupo de Trabalho sobre “Políticas*
50 *Públicas de Migração e Proteção ao Trabalhador Migrante”*; 7. *Assuntos diversos*;
51 8. *Processos a serem relatados*. A agenda foi aprovada.

52 **3. Aprovação da Ata da I e II**
53 **Reuniões Ordinárias de 2009** – a) Ata da I Reunião Ordinária: O Conselheiro Elias
54 Ferreira (FS) solicitou que fosse inclusa sua fala, logo após a fala do Ministro Carlos
55 Lupi, sobre os bolivianos, em virtude do grande impacto que o grande número desses
56 nacionais, na capital do estado de São Paulo, vai gerar no setor de vestuário têxtil. O
57 Coordenado do CNIg, Aldo Costa Filho, informou que o Conselheiro Raimundo Nonato
58 (MAPA) havia solicitado que fosse incluída em ata a sua ausência justificada. Sem mais
59 observações, a ata da primeira Reunião Ordinária de dois mil e nove foi aprovada.

60 b) Ata da II Reunião Ordinária: O Coordenado do CNIg, Aldo Costa Filho, informou
61 que o Conselheiro Raimundo Nonato (MAPA) havia solicitado que fosse incluída em
62 ata a sua ausência justificada. O Conselheiro Valdir Vicente (CGT) solicitou que fosse
63 incluída em ata sua ausência justificada, também. Sem mais observações, a ata da
64 segunda Reunião Ordinária de dois mil e nove foi aprovada.

65 **4. Apresentação, por um**
66 **representante do Ministério dos Esportes, sobre a candidatura do Brasil para as**
67 **Olimpíadas de 2016. “RIO 2016”** – O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio
68 de Almeida, agradeceu à presença do Sr. José do Carmo Alves Siqueira e da Sra. Paula
69 Sanches (ambos do Ministério do Esporte) e informou que, em consequência de um
70 contato próximo com aquele Ministério, por conta da candidatura da cidade do Rio de
71 Janeiro para ser sede dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de dois mil e dezesseis,
72 será feita uma apresentação do Comitê Organizador desse grande evento para tratar,
73 especialmente, da questão da necessidade de circulação de pessoas (atletas,
74 trabalhadores, visitantes) e de empregos. A escolha oficial da cidade-sede dos Jogos
75 Olímpicos e Para-Olímpicos de dois mil e dezesseis se dará no dia dois de outubro deste
76 ano. O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, colocou-se à
77 disposição caso se faça necessária alguma nova norma ou alguma alteração em norma já
78 vigente para atender a eventuais situações em função das Olimpíadas. A Sra. Paula
79 Sanches (ME) começou a sua apresentação saudando a todos os presentes. Informou
80 que o Brasil é um dos quatro finalistas para sediar os Jogos Olímpicos de dois mil e
81 dezesseis (os outros três são Chicago, Madri e Tóquio), de sete países que se
82 candidataram (os outros eram Bacu, Doha e Praga) e que a decisão ocorrerá no dia dois
83 de outubro de dois mil e nove. Está muito entusiasmada, pois acredita que o Brasil
possui grandes chances de sediar o maior evento esportivo, sendo a primeira vez que se
traz as Olimpíadas para o País e para a América Latina. Já foi entregue, em fevereiro

84 deste ano, um Sumário Executivo ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e há um
85 capítulo dedicado ao fluxo de pessoas que se dará chamado *Imigração: Guia do Ano*.
86 Sediar os Jogos Olímpicos faz parte de uma Política Nacional do Esporte a longo prazo,
87 que começou a ser implementada em dois mil e dois, com os Jogos Sul-Americanos;
88 continuou em dois mil e sete, com a realização dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-
89 Americanos; em dois mil e onze acontecerão os Jogos Mundiais Militares; em dois mil
90 e treze, a Copa das Confederações e, em dois mil e quatorze, a Copa do Mundo;
91 faltando, portanto, tão somente a realização dos Jogos Olímpicos em dois mil e
92 dezesseis. Dado o sucesso dos Jogos Pan-Americanos, conclui-se que o Brasil tem
93 condições de sediar mega-eventos esportivos e, portanto, em setembro de dois mil e sete,
94 foi feita a postulação da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de dois mil
95 e dezesseis. De lá até janeiro de dois mil e oito, responderam ao questionário do COI,
96 onde são colocadas diversas questões conceituais, tais como “Quais seriam os
97 benefícios para o movimento olímpico? Como seriam: os conceitos gerais e a
98 organização dos Jogos Olímpicos nesse País?”, entre outros detalhes que o COI julga
99 primordiais. Tal questionário possui perguntas direcionadas a dezessete temas principais,
100 que vai desde o conceito dos Jogos, período em que a cidade pretende realizá-los, sobre
101 área de transporte, acomodações, serviços médicos, Vila Olímpica, etc.. Nesse primeiro
102 momento, a avaliação se deu em cima do conceito desses dezessete temas e, daí, eles
103 pontuaram. Nas candidaturas anteriores, o Brasil falhou por questão de *credibilidade*:
104 apesar de ter um projeto e um conceito bons em relação à segurança e acreditar que a
105 propostas seriam exequíveis, havia sempre certa dúvida do COI, portanto, o Brasil
106 nunca havia passado dessa primeira fase; no dia cinco de junho de dois mil e oito, pela
107 primeira vez, o Brasil passou e, agora, está na fase de desenvolvimento do dossiê de
108 candidatura. De lá, até fevereiro deste ano, o ME iniciou um processo de
109 desenvolvimento do Projeto Olímpico: dossiê de candidatura e confecção das garantias
110 exigidas pelo COI. Diferentemente dos Jogos Pan-Americanos, para a realização dos
111 Jogos Olímpicos, há muitas exigências e diretrizes, o que está sendo bastante benéfico
112 para o País, uma vez que se faz necessário um planejamento técnico grande e com muita
113 antecedência. O COI define que a *família olímpica* (composta por atletas, dirigentes,
114 árbitros, jornalistas, etc.) precisa de quarenta mil quartos; sendo vinte mil destinadas a
115 jornalistas e exige, claramente, algumas questões, como, por exemplo, definição, com
116 sete anos de antecedência, onde esses jornalistas ficarão acomodados, o transporte deles,
117 a parte tecnológica fornecida para desenvolverem o trabalho de cobertura. Sem contar
118 as duzentas e cinquenta e duas questões do COI, que devem ser respondidas com
119 profundidade e, para ajudar nesse questionário o ME tem parceria com quarenta e duas
120 instituições federais, sendo mais de quinhentas pessoas engajadas e as garantias
121 solicitadas não são fáceis de serem atendidas. Com todo esse empenho, conseguiu-se
122 desenvolver um excelente Projeto Olímpico, que foi entregue, em Lausanne (Suíça), em
123 onze de fevereiro de dois mil e nove, um dia antes do *deadline*. De vinte e sete de abril
124 a três de maio deste ano, acontecerá a visita de inspeção do COI na cidade do Rio de
125 Janeiro para conhecerem a dinâmica da cidade, entender se a proposta tem coerência
126 com aquilo que foi proposto no projeto, fazer uma avaliação e uma sabatina, com os
127 dezessete temas, ao Comitê RIO 2016. O *Colégio Eleitoral* do COI é formado por
128 cento e sete membros: dezesseis na África, dezoito nas Américas, vinte e dois na Ásia,
129 quarenta e sete na Europa e quatro na Oceania. As cidades-candidatas não podem votar,
130 somente depois de eliminadas em alguma etapa. O dossiê de candidatura do Rio de
131 Janeiro aos Jogos Olímpicos – de setecentos quilos, dezessete temas, três volumes com
132 quinhentas e oito páginas cada, duzentas e cinco questões técnicas, mais sessenta e

133 quatro garantias federais (fora as dos estados e dos municípios), com mapas, tabelas e
134 outras questões técnicas – prevê a realização das Olimpíadas entre os dias cinco e vinte
135 e um de agosto e as Para-Olimpíadas, de sete a dezoito de setembro, ambos, de dois mil
136 e dezesseis. Sem contar que, os assuntos que o encaminhamento devam envolver o
137 Congresso Nacional e, nesse sentido, já foi feito um Projeto de Lei, que já se encontra lá,
138 demonstrando, assim, que atendemos a todas as exigências do COI e mais: o Presidente
139 do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fechou uma *garantia-master* dando o real
140 compromisso do País em sediar os Jogos e que fará todos os esforços para atender a
141 todas as futuras exigências do COI. Anexo ao dossiê encaminhado, há uma carta
142 assinada pelo Presidente; pelo Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e pelo
143 Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, demonstrando que o Brasil dispõe
144 de vontade política para a realização desse grande evento esportivo; tanto, que o País
145 levou a maior nota no quesito *apoio político*. O Projeto Olímpico Brasileiro se apoia em
146 três pilares: *excelência técnica em todas as áreas* (meio ambiente, transporte, infra-
147 -estrutura, urbanismo, segurança, etc.); *a alegria do brasileiro*, o saber comemorar; e *a*
148 *marca olímpica* (trazer, de volta, os jovens ao esporte, que tem perdido espaço para os
149 esportes radicais e para a Copa do Mundo). Sem contar que o projeto foca trazer
150 benefícios reais à comunidade local, haja vista que não teria sentido um investimento
151 dessa monta sem refletir em melhorias para a população. A visão dos Jogos é inspirar e
152 engajar os jovens, realizar a transformação social através do esporte. E há toda uma
153 preocupação acerca da imagem a passar e há todo um esforço com vistas a ser a melhor
154 imagem possível do Brasil a ser transmitida aos demais países. Hoje, o País já tem
155 cinquenta e dois por cento de todas as instalações já construídas, uma vez que serão
156 utilizadas todas as instalações dos Jogos Pan-Americanos de dois mil e sete, bastando
157 fazer as adequações necessárias para o nível olímpico. No projeto, também, consta a
158 integração entre os Jogos Olímpicos e o Para-Olímpicos – o Brasil já fez isso com o Pan
159 e o Para-Pan e foi um grande sucesso, e deu-se uma mudança, inclusive, na visão em
160 relação aos atletas para-olímpicos muito importante e muito respeitado, hoje,
161 internacionalmente –. Sem contar que o Brasil pretende dar uma experiência única aos
162 clientes dos Jogos (atletas, patrocinadores, turistas, etc.). Os pontos que podem pesar
163 positivamente para que o Colégio Eleitoral escolha o País são: capacidade de
164 organização, devidamente comprovado com a realização dos Jogos Pan-Americanos;
165 localização em bom fuso horário para transmissões de canais de televisão; já ocorreram
166 Jogos na Ásia (Pequim, em dois mil e oito), acontecerá na Europa (Londres, dois mil e
167 doze); uso da infra-estrutura da Copa do Mundo de dois mil e quatorze (e, com isso,
168 testá-la de verdade). O Brasil já tem muitas instalações esportivas já prontas, tais como:
169 Arena Olímpica do Rio, Velódromo (considerado, hoje, o melhor do mundo), Complexo
170 do Maracanã, o Estádio João Havelange e cenários únicos para as competições ao ar
171 livre, tais como: Forte de Copacabana, Marina da Glória, Parque do Flamengo, Lagoa
172 Rodrigo de Freitas e o Sambódromo como chegada da Maratona e ainda há vários
173 outros projetos a serem implementados, como a ampliação do Pavilhão do Rio Centro e
174 construção da Vila de Mídia na Barra da Tijuca (que, depois, virará habitações
175 populares) e o Centro de Mídia, Rádio Difusão e Televisão. Antes mesmo de o COI
176 passar a exigir que a comunidade se beneficiasse das instalações no futuro, o Brasil já
177 apresentou a proposta da Arena de Deodoro, um parque “radical” que se chama X-Park:
178 como aquela região apresenta maior concentração de jovens carentes, essa instalação
179 ficará à disposição daqueles jovens para estimulá-los para que tenham atividades
180 esportivas. Foram, também, selecionadas quatro cidades para sediar o Futebol, cidades
181 essas que têm condições de atender aos requisitos do COI: Belo Horizonte, Brasília, São

182 Paulo e Salvador. A Comissão do RIO 2016 acaba de retornar de uma série de viagens
183 internacionais para apresentação da candidatura da cidade do Rio de Janeiro e, na
184 semana anterior, estiveram na maior feira de esportes do mundo, que acontece em
185 Denver (EUA) e o Rio foi a única cidade que foi aplaudida de pé, quando apresentou o
186 Projeto Olímpico, o que indica reais chances de ser a cidade-sede dos Jogos de dois mil
187 e dezesseis, tanto pelas notas altas recebidas do COI e porque o projeto brasileiro é
188 consistente, bem articulado e conta com amplo apoio político. A Comissão RIO 2016
189 conta com uma equipe de consultores, tanto jurídico como especializado em Jogos
190 Olímpicos e a equipe que organizou os Jogos de Sidney faz parte dessa equipe, uma vez
191 que há grande complexidade para responder às perguntas do COI, pois há a necessidade
192 de se entender o que eles querem, porque eles fazem essas perguntas e qual preocupação
193 está por trás delas. Sem contar que eles são demasiadamente criteriosos com a seleção
194 da cidade, haja vista eles precisarem ter certeza que ela terá condições de entregar os
195 jogos pacíficos, terá uma gestão de segurança o melhor possível, contendo, inclusive,
196 ações terroristas (e, nisso, o Brasil leva vantagem sobre as outras três cidades). O Sr.
197 José do Carmo Siqueira (ME) reforçou que a República Federativa do Brasil assumiu
198 um compromisso, assinou um contrato para a realização dos Jogos Olímpicos de dois
199 mil e dezesseis, essa é a *garantia-master* assinada pelo Presidente da República, com
200 vinte e seis itens articulados entre os quarenta e dois órgãos e entidades do governo
201 federal: ela é a síntese de todos os compromissos assumidos pelo Governo em relação a
202 esse processo de candidatura. E, não somente esse compromisso institucional, mas
203 também, a participação do Congresso Nacional, com o Projeto de Lei 4.667 (Ato
204 Olímpico), que reúne diversas matérias afetas aos Jogos; é um projeto muito particular,
205 uma vez que tem data de início e término de sua vigência: a partir de dois de outubro de
206 dois mil e nove até o término da edição da Olimpíada e da Para-Olimpíada de dois mil e
207 dezesseis. Uma das políticas a serem adotadas é a não-necessidade de visto para os
208 atletas e seus técnicos, além das pessoas envolvidas com a prática esportiva. E finalizou
209 solicitando que o CNIg possa, também, emitir um *ato-master* ou uma Resolução
210 endossando a disposição do Governo Brasileiro de criar uma estrutura específica para
211 atender àquele momento dos Jogos, sobretudo, para liberar, a partir do mês de outubro
212 de dois mil e nove, a entrada de trabalhadores no território nacional para dar inícios às
213 obras que se fazem necessárias. A Sra. Paula Sanches (ME) informou que, quando da
214 escolha da cidade do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos, a partir do dia três de
215 outubro de dois mil e nove, começa-se, de fato, a viver as Olimpíadas; pois, a partir
216 desse momento, haverá muitos eventos-teste a serem realizados, muitas competições
217 com vistas a classificar os atletas e os países, uma série de atividades esportivas e de
218 organização. Sem contar que, sessenta dias após a escolha, o Comitê Organizador
219 deverá estar devidamente estruturado, isso é, a partir de janeiro de dois mil e dez. E ela
220 vê como estímulo o pré-estabelecimento de prazos, haja vista que isso exige
221 planejamento, organização, não deixando que tudo se faça próximo à data-limite. O Sr.
222 José do Carmo Siqueira (ME) acresceu que há a manifestação no sentido de ser
223 dispensada a cobrança de qualquer tipo de taxas ou impostos, nem algum tipo de
224 restrição, para que os atletas e profissionais devidamente habilitados trabalhem para a
225 realização dos Jogos Olímpicos, tanto no período de sua realização, como antes, tendo
226 como de necessidade relevante a sua presença, devidamente justificada pelo Comitê
227 Organizador dos Jogos RIO 2016. E concluiu a sua participação informando que será
228 constituída uma instituição denominada *Autoridade Pública Olímpica*, que é já é um
229 pré-acordo firmado entre as três esferas de Poder (será uma Instituição inter-federativa),
230 que será a personificação do Poder Público, de forma muito organizada e articulada,

231 para tratar de tudo que for demandado do Setor Público no Brasil, para dar as respostas
232 necessárias em termos de serviços, infra-estrutura e a gestão do legado dos Jogos, além
233 de mediar todas as ações do Setor Público para a boa realização do evento a partir de
234 dois de outubro deste ano. O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida,
235 agradeceu à apresentação dos representantes do Ministério do Esporte, que deu uma
236 visão muito clara do que significa para o País sediar os Jogos Olímpicos de dois mil e
237 dezesseis. Ressaltou que, da data da escolha já se faz necessária a vinda de pessoas para
238 trabalhar nesse mega-evento e que vão garantir que as autorizações de trabalho sejam
239 expedidas num prazo de cinco dias úteis – prazo esse, inferior ao trâmite usual – com
240 vistas à facilitar, no que for possível, a realização dos Jogos. Isso deixaria claro o apoio
241 e o compromisso do CNIg, que está à disposição para eventuais adaptações nas regras
242 de imigração ou criar alguma resolução para atender a essa demanda temporária e foi
243 assumido o compromisso que, para a próxima reunião do Conselho, seja trazido a
244 Plenário uma posição sobre a necessidade ou não de tomar essas medidas (a
245 Coordenação-Geral de Imigração fará uma análise técnica para tal) e que o CNIg fará
246 todo o possível, dentro de suas atribuições, para colaborar para o sucesso das
247 Olimpíadas no Brasil. A Sra. Paula Sanches (ME) agradeceu o apoio política do CNIg e
248 ressaltou a sua importância, uma vez que ainda estão brigando para que os Jogos sejam
249 realizados no País e o quão necessário é a Comissão Organizadora do RIO 2016 ter, em
250 mãos, uma carta ou ofício que manifeste esse apoio para a inspeção que será realizada a
251 partir de vinte e sete de abril de dois mil e nove. O Conselheiro Valdir Vicente (CGT)
252 manifestou grande descontentamento, uma vez que a UGT não fora consultada a
253 respeito do documento anterior (de apoio das Centrais Sindicais), pois a UGT, também,
254 apoia a realização dos Jogos. A Sra. Paula Sanches informou que o Comitê RIO 2016
255 pode receber manifestações de apoio até o dia dois de outubro deste ano e agradece toda
256 contribuição de apoio. A Conselheira Marjolaine do Canto (CNC) sugeriu que, assim
257 como está se fazendo um trabalho junto às Centrais Sindicais, dever-se-ia fazer o
258 mesmo com aqueles que fazem a atividade econômica privada (área de turismo, serviço,
259 indústria, etc.) para que demonstrem, também, seu interesse na realização das
260 Olimpíadas no Brasil. A Sra. Paula Sanches (ME) respondeu que pretendem ter uma
261 estrutura de governança diferente da aplicada no Pan-Americano e, por conseguinte,
262 criou-se o Conselho Empresarial, presidida pelo Sr. Olavo Monteiro de Carvalho,
263 atendendo à demanda tanto dos governos quanto da própria iniciativa privada. O
264 Conselheiro José Ribamar Dantas (CGTB) apoiou o Conselheiro Valdir Vicente (CGT)
265 em relação à sua reclamação, solicitou que entendessem como crítica positiva, haja vista
266 que todo projeto tem seus equívocos – mas que só não poderiam eivar sonhos (como o
267 sonho Olímpico) – e mencionou para se seguir como exemplo o Chefe Maior do Brasil
268 em como busca o consenso: fomentando o diálogo, trazendo pessoas para serem ouvidas.
269 E sugeriu ao CNIg que consolidem algum documento ou moção de apoio à realização
270 dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em dois mil e dezesseis. Terminou dizendo que a
271 CGTB, também, apoia esse projeto. O Conselheiro Ralph Hendersen (MRE) reforçou
272 que o apoio dos representantes do Governo no Conselho é axiomático e que seria muito
273 interessante que as Centrais Sindicais, empregadores e área acadêmica se manifestassem,
274 também, no sentido de apoiar a realização desse mega-evento esportivo. A Conselheira
275 Christina Lima (CNI) concordou com que a Conselheira Marjolaine do Canto (CNC)
276 falou acerca do apoio das entidades empresarias (que o apoio é, também, inconteste) e
277 sugeriu que o CNIg elaborasse dois documentos: um de apoio político (um documento
278 endereçado ao Congresso Nacional) e outro de técnico (viabilidade e/ou necessidade ou
279 não de ser fazer alguma Resolução especial, específica para a ocasião). O Conselheiro

280 Professor Roque (SBPC) acredita que o impacto político e psicológico seria maior se,
281 no documento a ser confeccionado, fosse a composição do CNIg, pois, desse modo,
282 demonstraria de forma inequívoca o apoio dos vários segmentos que compõe o
283 Conselho. O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, reforçou que o
284 Conselho empresta total e irrestrito apoio à iniciativa do Rio de Janeiro sediar os Jogos
285 Olímpicos de dois mil e dezesseis e que desempenhará todos os seus esforços no que for
286 necessário para se evitar quaisquer tipos de obstáculos ou transtornos na vinda dos
287 trabalhadores responsáveis pela viabilização das Olimpíadas. Reforçou que irão officiar
288 o Comitê Organizador, com um ato em mãos, com a posição do CNIg, que é de apoio
289 total e que tem o aval do Conselho em usar esse documento de assentimento em outras
290 atividades correlacionadas à organização dos Jogos Olímpicos. E, novamente,
291 agradeceu à presença dos representantes do Ministério do Esporte, a Sra. Paula Sanches
292 e o Sr. José do Carmo Siqueira, por compartilhar essas importantes informações.

293 **5. Apresentação de relatório do Grupo de Trabalho criado para acompanhar o**
294 **atual contexto internacional e o impacto nas migrações de trabalhadores** – Não
295 houve reunião do GT devido ao feriado, mas, no dia anterior, alguns Conselheiros
296 estiveram no Gabinete da Presidência e ideias foram trocadas dentro da linha do que já
297 havia sido conversado anteriormente: as ideias da segunda e da terceira reuniões foram
298 aprofundadas. Houve, também, uma importante reunião, em São Paulo, onde vários
299 conselheiros participaram, no Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior
300 (CIATE), que contou com a presença de dois brasileiros recém-regressados do Japão,
301 que depuseram sobre o que estava acontecendo. Essa reunião contou, também, com a
302 presença do Presidente da Associação Brasileira de Dekassegui e do Presidente do
303 CIATE. Nela, abordou-se temas ligados à atual situação dos brasileiros no Japão, tais
304 como: trabalho, necessidade de amparo às pessoas desempregadas e que estão
305 regressando ao Brasil, educação, moradia, cultura, idioma, etc.. Foram lembradas as
306 medidas que o Governo Japonês pôs em vigor, desde primeiro de abril deste ano, a fim
307 de combater a crise e que entre várias medidas de apoio, há a de pagar-se o equivalente
308 à três mil dólares americanos para que o estrangeiro retorne, com a condição de não
309 voltar – não se sabe ainda se é transitório e por quanto tempo –. O Ministro do Trabalho
310 e Emprego, Carlos Lupi, indignou-se contra tal medida, entendendo-a como uma afronta
311 à cidadania brasileira, haja vista que, antes da crise, eram muito bem-vindos, eram *úteis*,
312 eram assalariados e movimentavam a economia japonesa. O Presidente do CNIg, Paulo
313 Sérgio de Almeida, sugeriu que o Conselho deveria manifestar-se, de forma serena e
314 tranquila, no sentido de que essa medida é inadequada e que deveria ser revista pelo
315 Governo Japonês. O Conselheiro Ralph Hendersen (MRE) lembrou que o Japão está
316 concedendo aos decasséguis brasileiros uma série de vantagens que não são oferecidas
317 por nenhum país europeu, como, por exemplo, franquearam agências de recolocação,
318 passaram os filhos desses decasséguis para escolas públicas japonesas, entre outras
319 medidas positivas. A Irmã Rosita Milese (IMDH) informou que essa prática é usual:
320 quando organizações internacionais (como OIM e Cáritas) financiam o retorno, as
321 pessoas assinam o compromisso de não voltar, isso em vários países como Irlanda,
322 Bélgica e Portugal, pois o dinheiro desse financiamento é fornecido pelo Governo local.
323 Em média, dá-se o prazo de cinco anos de não-retorno. E sugeriu que ou o Ministro ou o
324 Conselho demonstrassem seu desagrado com relação a essa medida, especificamente,
325 uma vez que os trabalhadores, que estão no Japão, são todos legais, diferentemente nos
326 países supracitados. O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida,
327 concordou em se fazer uma manifestação do Conselho acerca do assunto, sem deixar de
328 reconhecer o que tem sido feito de positivo pelo Governo Japonês, mas deixar claro que

329 a medida do retorno traz desconforto e uma sensação ruim, como se os brasileiros
330 tivessem sido *usados* pelo Japão: estimula-se a ida deles para lá, as empresas vêm, ao
331 Brasil, recrutá-los, trabalham, fazem hora-extra e, depois, paga-se o retorno e não
332 podem mais voltar. O Conselheiro Valdir Vicente (CGT) concordou com a sugestão,
333 haja vista que essa prática, na Europa, é para os ilegais e, mesmo assim, estipula-se um
334 prazo de cinco anos; decorrido esse prazo, podia-se voltar ao país legalmente, se
335 quisesse. A Conselheira Christina Lima (CNI) concorda com a manifestação e que ela
336 deva vir da sociedade brasileira para que não melindre o setor diplomático, uma vez que
337 acredita que eles estejam negociando com o Governo Japonês. Nessa manifestação,
338 deve-se destacar que, em momento algum, estão tocando na soberania japonesa, mas
339 que aquelas pessoas retornantes eram trabalhadores legais, que estavam contribuindo
340 para o desenvolvimento do país. O Conselheiro Luciano Barbosa (MJ) acredita que,
341 antes de mais nada, faz-se necessário um esclarecimento sobre o que, exatamente, o
342 Governo Japonês está propondo para evitar-se uma manifestação precipitada e que
343 gostaria de ter acesso ao termo de não-retorno assinado para poder avaliar melhor.
344 Outros conselheiros manifestaram-se no mesmo sentido. O Presidente do CNIg,
345 Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, trouxe ao conhecimento do Conselho algumas
346 propostas e recomendação desse GT: a) pessoas que estão no exterior, mas que têm
347 conta de FGTS inativas, poderão sacar esse benefício – qualquer brasileiro que
348 mantenha a conta inativa por mais de três anos, tem direito a sacar o FGTS, então,
349 vislumbrou-se a possibilidade de que as pessoas que moram no exterior, onde houvesse
350 um escritório da Caixa Econômica Federal, pudessem ter acesso a essa informação e,
351 fazendo jus ao benefício, poder sacá-lo. A CEF já informou ser possível –. b) pessoas
352 que estão retornando do exterior terão acesso a cursos de qualificação profissional no
353 Brasil e, assim, terão mais condições de serem reinseridos no mercado de trabalho e que,
354 também, fossem ministradas aulas de *Cidadania Brasileira* – haja vista que o brasileiro
355 que passou muitos anos fora, perde a noção dos seus direitos, das mudanças ocorridas
356 no Brasil nos últimos anos –. c) que as Superintendências ou Gerências Regionais, onde
357 haja maior fluxo de brasileiros regressando, servirão de referência para eles, onde
358 encontrariam informações de que necessitem, auxiliando no que for possível. O
359 Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, disse que o Brasil dá
360 indícios de que já está saindo dessa crise financeira mundial, ao contrário dos países
361 desenvolvidos, no momento. E acredita que, quando da melhoria da economia japonesa,
362 eles precisarão dessa mão-de-obra de volta e que essa emigração de brasileiros para o
363 Japão se dê de uma forma mais ordenada: primeiro, através de um canal trabalhista-
364 -diplomático entre os dois países (a exemplo do MEC, que já possui um diálogo
365 bilateral sobre a educação com aquele país), com, inclusive, propostas de medidas
366 bilaterais para que esse fluxo de pessoas possa se dar de forma segura; ordenada;
367 respeitando os direitos individuais, de forma que os brasileiros possam ir ao Japão
368 sabendo de seus direitos e deveres. Os brasileiros que trabalhavam lá, foram muito
369 atingidos, uma vez que foram com contratos temporários via empreiteiras de mão-de-
370 -obra. E, segundo, regulamentar o funcionamento da rede privada de recrutamento e
371 seleção dentro das comunidades nipo-brasileiras, obedecendo à Convenção 97, da OIT,
372 que diz que os Estados devem se preocupar em regulamentar o funcionamento das
373 agências privadas, uma vez que, o sistema público, sabe-se que funciona bem. Antes de
374 deixar a reunião, o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, sugeriu que se fizesse
375 um documento acerca das medidas que entraram em vigor em primeiro de abril, no
376 Japão e que ele fosse entregue, em suas mãos, num ato, em São Paulo, no dia vinte e
377 sete de abril (ocasião em que estará lá), e compromete-se a pô-las em prática, pois

378 serviria de resposta à sociedade e, na mesma oportunidade, mostrará seu documento
379 público acerca da temática (que será mostrado, previamente, ao Presidente do CNIg). E
380 sugeriu, também, que priorizassem os SINEs, pois, conforme a especialização do
381 brasileiro retornante, haveriam vários setores que fariam a integração da mão-de-obra e
382 os SINEs poderiam melhor encaminhar, haja vista terem o levantamento dos empregos
383 ofertados pelas empresas. Na questão da regulamentação, propôs ao CNIg que
384 participasse, em conjunto com a Secretaria da Inspeção do Trabalho (SIT) e com a
385 SBPE e SNT e que formasse uma comissão, para no prazo de sessenta dias, propor a
386 regulamentação dessas agências a ele (Ministro do MTE). A Sra. Eunice Lea Moraes
387 informou que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, também, fará um ato
388 nesse sentido. O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, informou
389 ao Ministro que sua sugestão já estava aprovada pelo Conselho. Ainda sobre o retorno
390 financiado pelo Governo Japonês, reforçou que o CNIg, permanentemente, monitora as
391 questões ligadas aos brasileiros migrantes e, portanto, deve, sim, posicionar-se a
392 respeito, de modo construtivo, estimulando o Japão a rever essa medida ou, pelo menos,
393 delimitá-la ou estabelecer com clareza. E acredita que seria muito mais interessante que
394 condicionasse o retorno à devolução do dinheiro recebido ou que estivesse em dia com
395 o pagamento do financiamento desse valor. Reforçou que, no comunicado da
396 Embaixada do Brasil no Japão, da semana anterior, colocou-se claro o motivo de não
397 permitirem o regresso: porque as pessoas vão continuar desempregadas no Japão, uma
398 medida, inequivocadamente, de ordem econômica. O Conselheiro Rinaldo de Almeida
399 (MTE) apoiou a posição do Presidente do CNIg em manifestar-se no sentido de ressaltar
400 as medidas positivas e, em relação ao retorno, dizer que não é razoável penalizar o
401 cidadão brasileiro, que foi para o Japão a convite e que não cometeu nenhum ato ilícito.
402 O Conselheiro Ralph Hendersen (MRE) lembrou que o visto do brasileiro no Japão é de
403 um ano e automaticamente prorrogável para se trabalhar e o Governo Japonês não
404 acenou com a possibilidade de cancelar o visto de quem está desempregado; no Brasil,
405 pela atual legislação, se o estrangeiro perdeu o emprego, sua autorização é,
406 imediatamente, cancelada. E o Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de
407 Almeida, encerrou o assunto lembrando a todos do ato no dia vinte e sete de abril, em
408 São Paulo. **6. Apresentação do relatório do Grupo de Trabalho sobre “Políticas
409 Públicas de Migração e Proteção ao Trabalhador Migrante”** – O Presidente do
410 CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, informou que o GT não se reuniu, haja
411 vista estarem negociando um acordo de cooperação com a OIT e que ela ajudaria o
412 Conselho nesse trabalho de estudo, de coleta de informações que possa subsidiar-se a
413 elaboração dessas políticas e mais: auxiliar no processo de construção da política.
414 Lembrou da reunião que ocorrera em Itapeverica da Serra, que serviu como pontapé
415 inicial desse processo, mas há necessidade de outras mobilizações. Por ter havido uma
416 mudança de contexto, preferiu-se esperar, um pouco mais, e ter um apoio institucional
417 da OIT e que o plano de ação seja feito de forma coordenada com este órgão. Portanto,
418 essa temática está num compasso de espera, aguardando uma formalização de um
419 acordo com a OIT para que possam ter uma sólida estrutura para tocar o esse trabalho.
420 **7. Assuntos diversos** – a) Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu: Tem sido considerada
421 referência naquela comunidade de migrantes que transitam pela fronteira e que tem
422 funcionado a contento. Há uma demanda, da Secretaria Especial de Política para as
423 Mulheres, para um atendimento especializado às mulheres, uma vez que, na fronteira,
424 elas sofreriam situações de violência, de exploração sexual e/ou de tráfico, portanto, a
425 Casa do Migrante poderia ser o primeiro atendimento a elas, oferecendo: serviços,
426 informações, ajuda e/ou encaminhamento. b) Espaço Sem Fronteira: É uma entidade da

427 sociedade civil, internacional, que congrega entidades de vários países que lidam com o
428 tema das migrações. Está organizando um encontro, às vésperas da Conferência Sul-
429 Americana de Migrações para levar, para esta, recomendações, pleitos, aportes e
430 congêneres e o CNIg, na reunião passada, decidiu por emprestar apoio político a eles. c) Conferência Sul-Americana de Migrações (CSM): No dia seis de abril, o CNIg recebeu
431 o ofício 106/2009 da CSM solicitando que o Conselho pudesse trabalhar com vistas a
432 sediar a próxima reunião, que ocorrerá em dois mil e dez (ano em que o CNIg
433 comemorará trinta anos). d) Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CESEM):
434 Realizará um seminário, nos dias dezenove e vinte de junho, em Foz do Iguaçu, com o
435 tema *Acordo de Residência para Nacionais dos Estados-Parte do Mercosul: Desafios e*
436 *Possibilidades*, onde será debatidos os impactos que esse acordo tem e terá na região de
437 fronteira. O Ministério do Trabalho e Emprego já apoia esse evento e o Presidente do
438 CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida, sugeriu que o Conselho se juntasse à essa
439 iniciativa e convidou os conselheiros a prestigiarem o evento. Nele, está previsto,
440 também, o lançamento da Cartilha destinada ao trabalho na fronteira, onde há regras
441 distintas e a Casa do Migrante, de Foz do Iguaçu, está participando da organização
442 desse seminário. e) Resolução Recomendada nº 11: Foi aprovada na reunião de março e
443 já foi encaminhada, pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, por meio de
444 aviso ministerial, aos Ministros das Relações Exteriores e da Justiça, para que
445 viabilizem a recomendação de bilateralizar o acordo de residência entre o Brasil e a
446 Bolívia. f) Inscrição de Advogados Portugueses e Estrangeiros na OAB: Em resposta à
447 pesquisa da Secretaria do CNIg sobre um debate levantado, na reunião anterior, sobre
448 inscrição de advogado estrangeiro nesse Conselho de Ordem, a OAB remeteu ao CNIg
449 o Provimento nº 129/2008 (Regulamenta a inscrição de advogados de nacionalidade
450 portuguesa na Ordem dos Advogados do Brasil) e o Provimento nº 91/2000 (Dispõe
451 sobre o exercício de atividade de consultores e sociedades de consultores em Direito
452 Estrangeiro no Brasil). g) Encontro das Centrais Sindicais dos países do Mercosul: As
453 Centrais Sindicais da Argentina, do Brasil (cinco), do Paraguai e do Uruguai se
454 encontrarão, no final do mês de abril, com o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da
455 Silva, e, nessa ocasião, será debatido a questão do depósito de um acordo (que não foi
456 mencionado qual). **8. Processos a serem relatados** – a) Informações relevantes:
457 Processos deferidos *ad-referendum* com base no artigo segundo da RN 77 são aqueles
458 onde há uma sentença judicial ou decisão de autoridade estrangeira confirmando a união
459 estável. Os processos indeferidos *ad-referendum* são aqueles em que o interessado não
460 cumpriu exigência dentro do prazo legal ou não se trata de situações especiais, estando,
461 portanto, a situação prevista na legislação. b) Análise de Processos: **1) Processo nº**
462 **46205.015263/2008-83. Lenny Bergoe Larsen.** Processo retirado de pauta. **2) Processo**
463 **nº 46205.016871/2008-13. Francisco Javier Gonzalez Monsegur.** O Conselheiro
464 Rinaldo de Almeida (MTE) manifestou-se por exigência e a decisão foi acatada pelos
465 demais Conselheiros. **3) Processo nº 08364.000100/2008-84. Amandio Pinto**
466 **Monteiro.** O Conselheiro Luciano Barbosa (MJ) manifestou-se pelo deferimento e a
467 decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **4) Processo nº 08711.001036/2005-19.**
468 **Attilio Marcelo.** O Conselheiro Luciano Barbosa (MJ) pediu o arquivamento e a
469 decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **5) Processo nº 46000.011776/2008-11.**
470 **Marilee Alexandria de Maras.** O Conselheiro Ralph Hendersen (MRE) manifestou-se
471 pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **6) Processo nº**
472 **46000.035121/2008-39. Motoyuki Aoki.** O Conselheiro Ralph Hendersen (MRE)
473 manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros.
474 **07) Processo nº 46205.004609/2008-18. Kristin Svedberg.** Processo não relatado.
475

476 **08) Processo nº 46205.014666/2008-13.** Processo não relatado. **09) Processo nº**
477 **46000.031163/2008-09. Antonio Donghia.** Processo não relatado. **10) Processo nº**
478 **46000.031162/2008-56. Filipo Donghia e esposa.** Processo não relatado. **11) Processo**
479 **nº 46000.020986/2008-09. George Sebastian Howell.** A Conselheira Lídia Amaral
480 (MCT) manifestou-se por manter o indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais
481 Conselheiros. **12) Processo nº 46204.010224/2008-08. Frederico Lacerda Couto de**
482 **Oliveira.** A Conselheira Lídia Amaral (MCT) manifestou-se pelo deferimento e a
483 decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **13) Processo nº 08495.000863/2007-59.**
484 **Fouad Sabbagh.** A Conselheira Haila Braga (MTUR) manifestou-se pelo
485 indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **14) Processo nº**
486 **08460.000508/2008-68. Kamel Salem.** A Conselheira Haila Braga (MTUR)
487 manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **15)**
488 **Processo nº 46000.027517/2008-11. Salman.** Processo não relatado. **16) Processo nº**
489 **46000.035767/2008-16. Monique Von Senger Eberth.** Processo não relatado.
490 **17) Processo nº 46000.006300/2008-69. Dashyel Taño Maruri.** O Conselheiro Elias
491 Ferreira (FS) manifestou-se pelo indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais
492 Conselheiros. **18) Processo nº 08260.004750/2007-86. Stefano Raffa.** O Conselheiro
493 Elias Ferreira (FS) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais
494 Conselheiros. **19) Processo nº 46200.000876/2008-66. António José Ferreira**
495 **Machado.** Processo retirado de pauta. **20) Processo nº 46094.00005/2009-88. Ivan**
496 **António G. Alvarado e outros.** O Conselheiro Valdir Vicente (CGT) manifestou-se
497 pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros.
498 **21) Processo nº 46000.031165/2008-90. Claudio André Becker Vargas.** O
499 Conselheiro José Ribamar Dantas (CGTB) manifestou-se pelo deferimento e a decisão
500 foi acatada pelos demais Conselheiros. **22) Processo nº 08420.001539/2007-21. Petra**
501 **Maria Hendrikse.** O Conselheiro José Ribamar Dantas (CGTB) manifestou-se pelo
502 indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **23) Processo nº**
503 **46000010668/2008-21. Luis Miguel Cardoso Macedo.** O Conselheiro José Ribamar
504 Dantas (CGTB) manifestou-se pelo indeferimento e a decisão foi acatada pelos demais
505 Conselheiros. **24) Processo nº 46000.034102/2008-95. Marie-Loise Hélène Béatrice**
506 **Von Muralt.** A Conselheira Christina Lima (CNI) manifestou-se pelo deferimento e a
507 decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **25) Processo nº 46000.007508/2009-86.**
508 **Cirque du Soleil.** A Conselheira Marjolaine do Canto (CNC) manifestou-se pelo
509 deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **26) Processo nº**
510 **46000.003775/2009-84. Robert Viale.** A Conselheira Marjolaine do Canto (CNC)
511 manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **27)**
512 **Processo nº 46000.018120/2008-20. Mark David Varjen.** A Conselheira Adriana
513 Giuntini (CNT) manifestou-se por exigência e a decisão foi acatada pelos demais
514 Conselheiros. **28) Processo nº 46000.032440/2008-92. António Tito As Silva Aguiar.**
515 Processo não relatado. **29) Processo nº 46000.021498/2008-19. José Luis Roxo**
516 **Mendes Alves.** Processo não relatado. **30) Processo nº 46000.009139/2008-85.**
517 **Roberto António Rojas Ramirez.** O Conselheiro Roque Laraia (SBPC) manifestou-se
518 pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **31) Processo nº**
519 **08457.006706/2007-11. Maurizio Persico.** O Conselheiro Roque Laraia (SBPC)
520 manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais Conselheiros. **32)**
521 **Processo nº 46000.018880/2008-37. Heidi Vetsch.** O Conselheiro Professor Roque
522 Laraia (SBPC) manifestou-se pelo deferimento e a decisão foi acatada pelos demais
523 Conselheiros. **Os seguintes processos foram deferidos ad-referendum por**
524 **cumprimento da Art. 2º da RN 77/08:**

525 33) Processo nº 46000.000929/2009-86. 34) Processo nº 46000.032858/2008-08.
526 35) Processo nº 46000.004883/2009-74. 36) Processo nº 46000.032577/2008-47.
527 37) Processo nº 46880.000064/2008-17. 38) Processo nº 08390.002065/2008-11.
528 39) Processo nº 46000.033954/2008-65. 40) Processo nº 46208.000205/2009-14.
529 41) Processo nº 46000.005244/2009-26. 42) Processo nº 46000.033909/2008-19.
530 43) Processo nº 46000.002814/2009-26. 44) Processo nº 46000.006441/2009-62.
531 45) Processo nº 46000.031578/2008-14. 46) Processo nº 46000.019133/2008-16.
532 **Os seguintes processos foram indeferidos *ad-referendum* por não cumprimento de**
533 **exigência dentro do prazo legal:** 47) Processo nº 46000.021808/2008-97.
534 48) Processo nº 46000.009355/2008-21. 49) Processo nº 46000.014874/2008-19.
535 50) Processo nº 08377.000273/2008-53. 51) Processo nº 08070.000143/2008-65.
536 52) Processo nº 46000.019452/2008-21. 53) Processo nº 46213.015279/2008-97.
537 54) Processo nº 46000.020858/2008-57. **Os seguintes processos foram indeferidos**
538 ***ad-referendum* por não se tratar de caso omissivo ou especial:**
539 55) Processo nº 46000.027396/2008-07. 56) Processo nº 46000.005726/2009-86.
540 57) Processo nº 46000.026728/2008-63. 58) Processo nº 08460.017740/2007-54.
541 59) Processo nº 46000.026869/2007-60. 60) Processo nº 46094.000013/2009-24.
542 61) Processo nº 46000.002870/2009-61. 62) Processo nº 08390.004229/2008-44.
543 63) Processo nº 46000.025878/2008-14. 64) Processo nº 460000.029671/2008-19.
544 65) Processo nº 08390.003469/2008-21. 66) Processo nº 46000.001671/2009-35.
545 67) Processo nº 46000.003005/2009-31. 68) Processo nº 46000.009123/2008-72.
546 69) Processo nº 46000.030608/2008-25. 70) Processo nº 08506.009683/2008-47.
547 71) Processo nº 46000.016977/2008-13. (Os processos de pedidos baseados em Reunião
548 Familiar, que envolvam menores, não serão considerados indeferidos *ad-referendum*,
549 sendo levados à análise do Conselho). **O seguinte processo foi retirado de pauta:**
550 72) Processo nº 46205.002521/2009-42. Joaquim Frutuoso Príncipe Anacleto.
551 **Encerramento:** O Presidente do CNIg, Conselheiro Paulo Sérgio de Almeida,
552 informou que expedirá os convites para o ato com o Ministro do Trabalho e Emprego,
553 Carlos Lupi, no dia vinte e sete de abril, a ser realizado em São Paulo e nada mais
554 havendo a tratar, encerrou a terceira Reunião do Conselho Nacional de Imigração de
555 dois mil e nove às dezessete horas.